

**Idéias, Intelectuais, Textos e Contextos:
Novamente a Sociologia da Cultura...**

João Marcelo Ehlert Maia

Entre todas as subáreas disciplinares, a sociologia da cultura talvez tenha sido a mais afetada pelos efeitos da chamada “virada lingüística” e pelo descrédito de posições epistemológicas tidas como realistas. Afinal, o estudo sociológico de obras literárias, pinturas e demais formas expressivas simbólicas sempre se valeu, de diferentes maneiras, de procedimentos metodológicos que buscavam relacionar símbolos e vida social. Nesse registro, indagar sobre as condições externas de produção cultural – relações de classe, ou mesmo o simples contexto – era um dos caminhos assegurados para esse tipo de investigação. Ora, à medida que o primado epistemológico da linguagem ganhou tanta força a ponto de desafiar a própria pressuposição de que haveria algo “fora” da nomeação lingüística, como localizar instâncias externas que pudessem dar sentido a algo constituído simbolicamente? Se “tudo é texto”, onde encontrar o “contexto” que pudesse operar como lugar social anterior à própria constituição dos objetos estudados pela sociologia da cultura?

Este artigo sustenta uma hipótese básica: a radicalização hermenêutica e lingüística que assolou os estudos filosóficos ao longo do século XX implicou não apenas uma redefinição dos termos e conceitos clássicos da área – tais como os de “representação” e “contexto” –, mas também um questionamento dos modelos explicativos usuais, que

enfaticavam o caráter dependente da cultura e uma substancialização do “social”. A apresentação das principais tendências e dos marcos teóricos mais relevantes no campo está orientada por essa perspectiva de discussão, que entendo ser a questão crucial enfrentada hoje no Brasil. Este texto, portanto, busca retomar, de forma resumida, as principais matrizes teóricas que contribuíram para esse processo e os efeitos produzidos na área de estudos sociológicos da cultura. Nesse sentido, não se pretende um estudo exaustivo, que incorpore o maior número possível de autores, mas a apresentação e a análise das principais escolas que enfrentaram dilemas próximos ao campo. A presença de historiadores, antropólogos e filósofos ao longo do texto traduz a impossibilidade de se pensar uma sociologia da cultura (ou “cultural”, como prefere um dos personagens analisados) que fique restrita às fronteiras disciplinares, dado o inevitável trânsito teórico que a área estabelece com outras modalidades de pensamento. Finalmente, este artigo procura discutir a produção brasileira a partir desses marcos teórico-metodológicos, configurando o campo de discussões e polémicas que hoje move a área.

A chamada “virada lingüística” contribuiu muito para um processo radical de questionamento das relações tradicionais entre texto e contexto, pois implicou uma reviravolta no modo como se encarava a lin-

guagem. Se antes ela era vista como meramente descritiva e representativa, exercendo uma função de denotar o mundo e os objetos que lhe eram anteriores, após os trabalhos de Ludwig Wittgenstein ([1963] 1975) e John Austin (1975) os conceitos de “prática” e “uso” foram destacados. Nesse registro, não haveria espaço para uma separação entre coisas, idéias e palavras, como se a linguagem fosse mera transposição de objetos mentais anteriores, definidos de forma segura e unívoca. Ao desafiar a idéia da linguagem com mera representação de coisas a serem nomeadas, Wittgenstein abriu o caminho para um vasto campo de investigações centrado na idéia da linguagem como uma prática geradora. Isso causou um grande impacto nos estudos da cultura, pois permitiu uma abordagem radical dos textos como objetos simbólicos. Austin, por sua vez, destacava a função performativa da linguagem, que não seria meramente descritiva e constativa. Nesse registro, destacava como os atos de fala visavam ao sucesso na comunicação e baseavam-se na intenção dos atores de alcançar um efeito no mundo.

A tradição hermenêutica, que no campo das ciências humanas pode remontar às investigações de Dilthey, destaca o tema da interpretação e ressalta o papel ativo do intérprete no desvendamento do universo simbólico representado textualmente. A hermenêutica considerada clássica dedicava-se, portanto, ao estabelecimento de um método seguro capaz de decifrar o sentido e o significado dos objetos do mundo cultural. A noção de “compreensão”, central para esse procedimento, sustentava-se na delimitação de uma rígida separação entre ciências da cultura e ciências naturais e da impossibilidade de se repetir métodos de explicação causal puros na análise de produções do espírito humano, tal como postulava o positivismo. Uma de suas vertentes mais consagradas foi fixada nas

obras do filósofo H-G Gadamer, que no seu *Truth and method* ([1960] 1994) defendeu uma concepção mais radical da hermenêutica, que não seria um método científico limitado, mas condição da própria existência humana. Gadamer afastava-se das posições clássicas dessa linhagem de pensamento ao sustentar que seria impossível estabelecer, por métodos objetivos e puros, uma interpretação segura a respeito de uma suposta essência do texto, “tal como ele fosse”. Na sua perspectiva, uma obra só se realiza quando efetivamente lida à luz da tradição, que se perpetua historicamente e nos envolve num fluxo constante de pré-noções inescapáveis. Nesses termos, mergulhar de forma empática no universo original do texto seria tarefa impossível, restando, portanto, a possibilidade de uma “fusão de horizontes”. No dizer de um dos intérpretes de Gadamer, “A concepção Romântica sobre a compreensão de uma obra de arte no seu próprio (reconstruído) contexto não é apenas impossível, mas sem sentido, dado o fato da mudança histórica e, em especial, nossa moderna (e empobrecida) concepção da estética” (Outhwarts, 1985, p. 23). A hermenêutica de Gadamer, ao reforçar a dimensão formadora da leitura e combater o postulado historicista que sustentava a possibilidade de reconstrução de um contexto original, influenciou toda uma gama de estudos centrados na categoria de “interpretação” de textos.

As conseqüências dessas múltiplas transformações teóricas foram díspares no campo dos estudos sobre cultura, idéias e textos. No campo mais “clássico” da historiografia das idéias, a centralidade conferida à linguagem foi acompanhada por um método francamente historicista na abordagem da Escola de Cambridge. O termo “historicismo”, como se sabe, pode ter diversos significados. Aqui, refere-se a uma abordagem da relação entre autor e texto que privi-

legia a fixação da “intenção” do produtor e do contexto original no qual a obra foi gerada. Os representantes mais conhecidos dessa corrente são Quentin Skinner ([1978] 1996, [1996] 1999) e John Pocock (1975). Ao incorporarem algumas preocupações trazidas pela chamada “virada lingüística”, destacando a decifração do universo comunicativo dos autores estudados e tendo como norte o estabelecimento de uma intencionalidade discursiva, Skinner e Pocock estabeleceram as bases de um contextualismo lingüístico de largo trânsito na área. Nessa perspectiva, a reconstrução historicista de um universo afastado temporalmente é considerada tarefa fundamental, o que implicaria uma interpretação de texto atenta ao campo comunicativo específico no qual o autor se insere, em busca de um esclarecimento conceitual que evitasse uma forte autonomização do texto e o risco do anacronismo interpretativo. Essa abordagem foi desenvolvida por Skinner em trabalhos de largo fôlego, como o dedicado a Hobbes (Skinner, [1966] 1999). Já na Alemanha, a “história dos conceitos” elaborada por Reinhart Koselleck (1985) mobilizava um instrumental hermenêutico para decifrar os universos históricos nos quais os conceitos eram produzidos e informavam a expectativa cognitiva e a agência dos homens. Assim como Skinner, o historiador alemão também temia o anacronismo interpretativo, mas, por sua vez, reconhecia as transformações e as rupturas que alteravam significados e incorporavam camadas de significação novas aos conceitos. Se os historiadores de Cambridge parecem mais preocupados com a delimitação do universo lingüístico original, no qual as obras clássicas são produzidas, Koselleck mostra-se mais interessado na dimensão da temporalidade e na associação entre conceitos e novos “horizontes de expectativas”.

Em outros campos, a radicalização hermenêutica e lingüística ensejou uma gama de questionamentos mais radicais do que aqueles levantados pelos historiadores ingleses e alemães. Para cientistas sociais como Clifford Geertz (1978, [1983] 2002) e Jeffrey Alexander (2003), a idéia de que a linguagem e os apetrechos simbólicos apenas denotariam ou refletiriam o mundo social é questionada, dado que a linguagem e os códigos comunicativos formariam a própria experiência social. Nesses termos, questiona-se a própria distinção entre “cultura” e “realidade”. Em duas obras seminais, Geertz sustentou a necessidade de uma ciência social eminentemente interpretativa, voltada para a compreensão, nos seus próprios termos, da cultura como um texto. A “textualização” das práticas sociais implicava a centralidade analítica da linguagem e o reconhecimento de seu papel fundante na constituição dos universos nativos. A abordagem de Geertz complicava ainda mais a definição estrita de um contexto ao qual o texto pudesse fazer referência, dado o fato inescapável de que os objetos não seriam encontrados em estado puro, antes de serem representados simbolicamente. Se tudo pode ser texto, qual a garantia possível de se encontrar uma separação clara entre representação e mundo representado? A antropologia cultural defendida por Geertz é, portanto, uma hermenêutica de interpretações, um diálogo entre universos lingüísticos ou, como prefere o próprio autor, uma “interpretação de segunda ou terceira mão”. Alexander, por sua vez, sustenta que as próprias ações sociais devem ser entendidas como textos culturais “instanciados”, isto é, como práticas e *performances* informadas por códigos e narrativas simbólicas. Mobilizando criticamente o legado da filosofia da linguagem e das teorias sobre simbolização, Alexander busca construir uma sociologia cultural que dissolva a supos-

ta distinção ontológica entre cultura e vida prática. Sua concepção de uma “pragmática cultural” aponta justamente para uma concepção das idéias como atos formativos, e não meras representações estanques. A perspectiva de Alexander, em especial, abre espaço para uma concepção da cultura que não a reduza a uma variável dependente, a ser explicada por processos supostamente mais “concretos”, mas reconheça no mundo simbólico um poder de agência e constituição da vida prática. Assim, não apenas se questiona a perspectiva que vê as idéias como “reflexos”, mas se destaca o próprio papel “ativo” delas, reorientando a direção das explicações causais clássicas.

A dissolução da dicotomia clássica entre texto e contexto, realizada tanto por Geertz como por Alexander, também é problema central para a escola de pensadores influenciada fortemente pelo pós-estruturalismo. Jacques Derrida (1971) sustenta que a hermenêutica tradicional ainda estaria presa a concepções metafísicas e, portanto, desaparelhada para desvendar todo o potencial simbólico contido nos textos, potencial este incapaz de ser organizado como uma expressão coerente de um pensamento transparente para si. A famosa “desconstrução”, método analítico desenvolvido por Derrida, nada mais é do que o reconhecimento de que o texto escapa totalmente ao controle consciente de seu produtor, constituindo-se num universo fortemente autônomo e coalhado de antinomias e paradoxos. Nesse sentido, a análise criteriosa do texto não está guiada por uma tentativa de apreender a “mensagem” ou as “idéias principais”, e muito menos a “intencionalidade” buscada pelos historiadores de Cambridge, mas os lapsos, as ausências e a aparição súbita de corpos expressivos estranhos. A noção de *différance* chama a atenção para o fato de que a escritura se move a partir do desdobramento de termos

opositivos, num jogo quase infundável de novos significantes que se relacionam mutuamente. Ou seja, nenhum termo traria, em si mesmo, um objeto significado já dado, que limitaria o jogo de significações. Nesse sentido, a idéia de que o texto traduziria uma representação coerente de algo externo a ele é desafiada por uma estratégia que busca justamente mostrar as falhas no próprio mecanismo de representação e, em última instância, a própria impropriedade de se mobilizar a idéia clássica de representação.

O rendimento analítico propiciado pela estratégia de Derrida pode ser vislumbrado na obra de Dominick LaCapra (1983). Nela, o tema da oposição entre texto e contexto ganha outras cores, uma vez que o autor descarta a postulação de um contexto fixo, anterior, portanto, à linguagem. Nesse sentido, recupera a noção geertziana, hoje banalizada na história cultural, de que todas as dimensões da vida humana são, de certa forma, “textualizadas”. Ou seja, a mera identificação de que o contexto deve iluminar o texto joga nas sombras o estatuto dessa relação, o que não é uma solução, mas um problema. Na perspectiva de LaCapra, a simples afirmação de que um determinado contexto influenciaria um texto não diria muito, uma vez que os modos como essa relação se dá são objetos constantes de pesquisa, e não pontos de partida metodológicos. Por exemplo, a tradicional relação que a história das idéias estabelece entre vida e obra deve defrontar-se com a questão de como a experiência vivida ganha tradução no texto, dado que não há qualquer mecanismo determinante que prefigure um formato para essa relação. Ao criticar os supostos equívocos do historicismo – que considera os textos propriedades dos autores –, LaCapra mobiliza tanto os novos aportes lingüísticos, como o argumento hermenêutico, e os explora de forma radical. Nesses termos, é como se o contextualismo lingüístico de

Quentin Skinner tivesse recuperado o *linguistic turn*, mas deixado de lado suas possíveis implicações intersubjetivas, uma vez que desconsidera o fato de que a própria centralidade emprestada à linguagem constitui, em si, mais uma etapa no processo de “descenramento” do sujeito e de desconstrução da noção de um indivíduo autocentrado, cartesiano, que teria sua identidade delimitada pela emanção de sua consciência particular. Assim, LaCapra construiu sua própria versão da *différance* de Derrida, ao sugerir que os textos possuem uma dimensão imaginativa (*worklike*), que não poderia ser interpretada apenas como documento expressivo de uma realidade vivenciada. Essa dimensão garantiria o diálogo entre texto e intérprete, além de evidenciar as possibilidades de ressignificação contidas na própria escrita e na sua capacidade de intervenção no real.

A problematização da distinção entre cultura e realidade social, e entre texto e contexto, conduz a outros temas espinhosos no campo contemporâneo da sociologia da cultura: os problemas da determinação e da mediação. A questão de como uma esfera da vida social exerce efeito determinante sobre outra, e de que modo esse processo se dá, foi central tanto para analistas no campo marxista, como para sociólogos de outra filiação teórica, além de alterar significativamente a própria idéia de “representação”. Nas passagens seguintes, apresento a discussão sobre esses problemas no âmbito de algumas linhagens referenciais na tradição marxista (Escola de Frankfurt, Lukács e Goldmann, e o marxismo inglês de Raymond Williams e E. P. Thompson). Em seguida, argumento como abordagens contemporâneas procuram conjugar uma certa interpretação dessa tradição com a teorização pós-estruturalista francesa, configurando uma versão radical do problema da “representação”. Finalmente, apresento abordagens mais estritamente sociológicas que oferecem

uma alternativa disciplinar aos problemas citados, sem abdicarem de um enfoque explicativo que articule vida social e mundo simbólico.

Para os marxistas, a dificuldade advinha da ausência de referências sistemáticas de Marx a respeito do tema e da persistência das teorias de “reflexo”, que viam no mundo da cultura apenas uma derivação de forças econômico-sociais. O caminho encontrado foi apostar numa reflexão que articulasse vida social e forma estética, evitando uma análise por demais substancialista de conteúdos. Uma das abordagens mais conhecidas nesse campo foi aquela desenvolvida por intelectuais ligados ao que se convencionou chamar de “Escola de Frankfurt”, em especial Theodor Adorno. No conjunto de seus escritos sobre arte e estética, Adorno (1962, 1993) questiona uma noção fetichizada da cultura, como se esta fosse uma esfera pura e desinteressada, ao mesmo tempo em que descarta uma análise meramente transcendental da mesma, na linha das teorias marxistas do reflexo que identificam a obra cultural à posição de classe de seus produtores. Sua perspectiva aproxima-se de uma crítica dialética imanente, segundo a qual a obra realiza o mundo, não o reproduz de forma mecânica. Nessa perspectiva, Adorno recupera a categoria de negatividade para argumentar que a forma e a linguagem são expressões de antinomias sociais, o que desloca a categoria “mediação” para a estrutura interna da obra. Há, decerto, uma perspectiva filosófica subjacente à argumentação de corte metodológico, e que se orienta para uma defesa da forma cultural como uma expressão que escapa à pura identificação com o mundo dado. Na perspectiva adorniana, a subsunção da forma artística pela forma mercadoria transforma a primeira em estilo e clichê, mera repetição de procedimentos estilísticos mecânicos, o que anularia a dialética

intrínseca às grandes criações culturais, capazes de superar o universo do mundo empírico através da própria experimentação lingüística. Vê-se, portanto, que o interessante instrumental metodológico da sociologia da cultura adorniana assenta-se num quadro filosófico centrado em torno de um conjunto particular de problemas substantivos: o capitalismo e a reificação das formas, a mercadoria e a expansão de sua lógica para outras esferas da vida, a modernidade e a administração funcional do mundo.

Há, contudo, outras análises marxistas no campo da sociologia da cultura voltadas para a decifração do problema da mediação. No caso, a obra do filósofo húngaro Georg Lukács (1962) constitui um dos maiores esforços para estabelecer uma análise sistemática da literatura sob o prisma analítico marxista. Longe de uma simples reiteração do caráter de classe de obras e autores, Lukács busca estabelecer a relação entre dinâmica de classes e formas literárias, inventariando a própria gênese do romance e da novela sob esse prisma. Interessado na relação entre vida social e forma literária, Lukács buscou construir um caminho teórico que escapasse ao esquematismo vulgar do marxismo, que insistia em deduzir conteúdos e temas a partir da atribuição de posturas de classes. Nesse registro, o filósofo húngaro sustentava que a reprodução do real não se daria de forma mecânica e puramente realista, mas sim a partir da captação do próprio movimento do real e das conexões mais profundas que organizariam a totalidade.¹ Por exemplo, a grandeza da narração de Balzac estaria na capacidade do autor de narrar histórias a partir de um enredo dramático que desvendasse, no curso de seu desenvolvimento, os encadeamentos que determinariam ações e comportamentos. Longe, portanto, da forma “descritiva” que Lukács atribui a Flaubert e Zola, que se ocupariam apenas da reprodução

fotográfica de cenários e objetos já dados, repetindo um certo positivismo refratário à investigação dialética do real como processo. No limite, as diferenças entre “narrar” e “descrever” podem ser explicadas, segundo Lukács, dadas as distintas posições históricas da burguesia. Ora voltada para a invenção de um mundo novo, aberto e imaginativo, ora paralisada diante de um cenário estabilizado e organizado em torno da reificação e do fetichismo. Como se percebe, as análises lukácsianas resguardavam o tema da conexão entre obras e dinâmica de classes, mas o transportavam para o cenário das formas literárias.

As análises sociológicas inspiradas pelo marxismo lukácsiano ganharam fôlego com Lucien Goldmann (1967a, 1967b). Em seu estudo sobre a gênese do romance, Goldmann (1967a) argumenta que haveria uma homologia estrutural entre a forma do romance – marcado pela luta entre um *herói problemático* e um mundo degradado – e as próprias formas de organização do capitalismo liberal. A partir dessa hipótese, Goldmann sugere que haveria uma correspondência entre o problema do fetichismo – que, na interpretação lukácsiana, tem origem no problema da mercadoria, mas se expande para outras dimensões da vida social por meio do fenômeno da “reificação” – e a formação de um mundo estético pautado pela cristalização de relações e objetos degradados, que escapavam ao controle consciente do homem e operavam como forças alheias a ele. Nesses termos, assim como na economia de trocas liberal o valor de uso tornar-se-ia “implícito”, os valores “autênticos” humanos assumiriam lugar semelhante na estética construída no romance. Note-se que o conceito de homologia estrutural evita a identificação esquemática entre contexto social e conteúdo, procedimento que o autor tributa às análises do marxismo vulgar. Segundo Goldmann, a obra de arte criaria um mundo de leis próprias, que deveria ser com-

preendido na sua imanência e no seu funcionamento integral. Nesse sentido, o conceito lukácsiano de totalidade operaria de maneira decisiva, como forma de compreensão dialética dos nexos e das relações que estruturariam as formas do mundo social e do universo estético. Goldmann não escapa, contudo, de um tema caro a qualquer sociologia da cultura marxista, ao desenvolver a noção de “visão de mundo” e articulá-la ao ponto de vista coerente e unitário de um grupo de classe determinado. No entanto, o estruturalismo que marca sua abordagem evita qualquer concepção voluntarista da ação social e da criação, uma vez que a homologia entre formas mentais do grupo e formas literárias da obra não derivaria de um projeto plenamente consciente, mas da formação de uma resposta afetiva e estética, mais orientada para o registro da expressividade do que do discurso.

Na Inglaterra, outras tradições intelectuais – distantes do hegelianismo e do estruturalismo – confluíram para estabelecer os marcos de uma sociologia da cultura tributária do marxismo que desafiava a própria separação entre processo social e formas simbólicas, acompanhando assim as transformações que alteravam o cenário filosófico do continente. Nessa geografia intelectual, as obras de Raymond Williams ([1977] 1979, [1973] 1989) e E. Thompson ([1963] 2004) firmaram-se como peças centrais. Em seus escritos teóricos, Williams ([1977] 1979) buscou livrar a análise marxista da cultura do conceito de “ideologia”, preferindo lidar com a categoria “estruturas de sentimentos”. Sem descartar a lição marxista a respeito do primado da vida social e material, Williams sustenta uma análise das dinâmicas de sentimentos e modos de representação que ganham explicação a partir das experiências concretas vivenciadas pelos produtores culturais em diversos momentos históricos. Nesses termos, “estrutura de sentimentos”

(ou “estrutura de sentidos”) significaria a formação de reações, sensações e impressões que não se identificariam a discursos estruturados na forma da coerência científica, mas se constituiriam em um corpo simbólico em gestação, gerado na prática social historicamente determinada. Ao recuperar a idéia de “experiência”, Williams evita construir uma explicação do tipo dedutiva, como se a teoria marxista fornecesse um repertório de categorias que deveriam ser aplicadas abstratamente ao universo das práticas. O problema enfrentado por Williams – e, na verdade, por qualquer analista marxista da cultura – é o da mediação, entendido como processo de ligação e articulação que relaciona realidade e cultura. Ao argumentar que o tema da mediação se constitui em apenas outra metáfora para o velho problema do reflexo, Williams sugere que se deveria descartar a fixação de uma separação estanque entre “realidade” e “falar sobre a realidade”, na medida em que a linguagem estaria imbricada, desde sempre, no próprio processo de produção da vida. Nesse momento, o autor logra construir uma ponte entre o marxismo e os desenvolvimentos teóricos produzidos a partir da “virada lingüística”.

No seu trabalho sobre as representações do campo e da cidade construídas pela intelectualidade britânica ao longo dos séculos XVII, XVIII, XIX e XX, Williams ([1973] 1989) mostra como diferentes estruturas de sentimento surgiram a partir do processo de penetração das relações capitalistas no mundo rural inglês. Seu objetivo é delimitar a emergência de novas percepções na própria estrutura formal das obras, muitas vezes semiconscientes, acompanhando assim a mudança nos sentidos do bucolismo e a cristalização de interpretações que não necessariamente refletem um mundo determinado, mas antes o ressignificam. Esse processo é envolto em tensões, o que autoriza ao intér-

prete a localização de choques, sugestões soltas e possibilidades que impediriam a fixação do texto por categorias abstratas – literatura burguesa, por exemplo.

A obra do historiador E. P. Thompson também conseguiu exercer grande impacto sobre os estudos de sociologia da cultura de corte marxista, oferecendo uma tentativa de resposta para o problema da mediação. No seu clássico *A formação da classe trabalhadora inglesa*, lançado em meados da década de 1960, Thompson estabeleceu uma análise marxista das classes e de suas representações simbólicas que não tomava a cultura como um elemento formal deduzido analiticamente de uma dada posição de classe pré-determinada. Nesses termos, Thompson buscou reinterpretar o tema do materialismo histórico, argumentando que os objetos culturais e as idéias não seriam reflexos de formações econômicas puras, mas sim práticas constitutivas do próprio mundo econômico como tal, uma sugestão que encontrava eco nas formulações de Raymond Williams. Ao mesmo tempo, Thompson abriu o leque de objetos associados ao tema das representações culturais de classe, mostrando que não apenas livros e textos de ideólogos e políticos, mas também lendas, folclore, relatos orais e jornais populares expressariam a autoconcepção de uma classe em formação.

A princípio continentes intelectuais distintos, o marxismo inglês e as teorias pós-estruturalistas foram mobilizados conjuntamente pelo grupo intelectual reunido na revista *Representations*. Na obra síntese desse grupo, Catharine Gallagher e Stephen Greenblatt (2005) descrevem os fundamentos do chamado “novo historicismo”, que teria como peça fundadora a obra de Eric Auerbach, *Mimesis* ([1946] 1976). Os autores sustentam que a abordagem de Auerbach introduzira uma nova visão sobre a literatura, em especial em termos metodológicos. O recur-

so auerbachiano à análise densa de fragmentos textuais para extração de significados culturais e sociais mais amplos, por exemplo, é considerado pelos autores a origem da prática contemporânea de organizar uma explicação a partir de uma anedota. Além disso, o próprio objeto do livro – as formas de realismo na literatura européia – denotariam uma originalidade na concepção do escritor, preocupado menos com os temas substantivos do que com os modos de figuração narrativa e os estilos de representação.

Na prática do novo historicismo, os recursos analíticos lançados por Auerbach se juntam a outros procedimentos metodológicos, de largo trânsito na sociologia da cultura contemporânea. Notadamente, a busca pela historicização dos objetos de conhecimento e a própria problematização de entidades tidas como “naturais” e, portanto, de existência anterior ao universo da cultura (como, por exemplo, a alimentação, os produtos agrícolas ou mesmo os corpos humanos), técnica de sabor foucaultiano. Essa perspectiva parecia-se casar à perfeição com a noção de textualização do real, também incorporada criticamente pelo grupo a partir de Geertz e Derrida. Ambos procedimentos desafiavam uma sociologia da cultura de corte materialista, pronta a delimitar e separar o universo simbólico (objeto de estudo) de um campo social “concreto”, organizado apenas em torno de uma mecânica de classes e interesses. Isso explica, aliás, a mobilização crítica das obras de E. P. Thompson e Raymond Williams, considerados expoentes mais qualificados da análise marxista da cultura. Finalmente, o método auerbachiano-foucaultiano descrito por Gallagher e Greenblatt encontra seu maior potencial analítico justamente no questionamento da própria noção de representação simbólica. Escapando a uma caracterização desta como uma expressão fechada e organizada de uma

realidade dada, os autores sustentam que a representação é espaço de tensão, no qual questões que são negociadas e debatidas na vida social ganham vida estilística e se oferecem para escrutínio. Assim, um quadro pode ser entendido não como uma mera transposição de temas reais para o mundo das formas, mas como uma transfiguração que altera e dialoga com a vida, abrindo frentes de interrogação. Em termos simples, os autores defendem a idéia de que “[...] toda representação é distinta daquilo que se propõe exemplificar” (Gallagher Greenblatt, 2005, p. 127). Como se vê, o diálogo estabelecido pelos “novos historicistas” entre a historiografia marxista inglesa e o pós-estruturalismo procura incorporar as contribuições de cada corrente num campo comum de questionamentos e investigação, organizado a partir da idéia de que a representação é ato reflexivo.

No cenário contemporâneo, duas matrizes interpretativas buscam equacionar os problemas da mediação e da determinação de forma diversa da tradição marxista, e ocupam lugar de destaque no campo dos estudos sociológicos da cultura. Refiro-me às obras de Pierre Bourdieu e Norbert Elias.² Bourdieu ([1992] 2005) preocupou-se especialmente com a tensão entre externalismo e internalismo, ao mesmo tempo em que, no âmbito de uma teoria sociológica mais geral, tentou superar a dicotomia entre “estrutura” e “ação”. Sua teoria dos campos ofereceu uma interessante saída para o problema, enfatizando a um só tempo a dinâmica relacional entre instâncias distintas e a irredutibilidade das expressões simbólicas, que só fazem sentido nos termos de seu próprio universo. Nos trabalhos reunidos em *As regras da arte*, Bourdieu mostra como a relação entre produtores e obras não pode ser capturada apenas pela delimitação das relações de classe que se fariam “presentes” no momento de

expressividade simbólica. Afinal, o campo literário estrutura-se em torno de leis próprias, organizando-se como um microcosmo relativamente autônomo e dotado de suas próprias recompensas. Nesse sentido, as posições e o capital disponível nesse campo teriam uma composição específica, não sendo reflexo direto da estrutura da vida econômica. Ou seja, a produção de uma obra deve ser explicada em função das disputas e dos trunfos próprios ao campo da literatura, de forma a objetivar os produtores e a rede de relações nas quais estão envolvidos. Bourdieu, contudo, não ignora outras fontes possíveis de determinação, sustentando que haveria uma homologia estrutural entre campo econômico e campo literário. O efeito de determinação se faria por uma espécie de “refração”, ou seja, as posições e trunfos dominantes no campo econômico ganhariam tradução nos termos do próprio universo literário, de acordo com a mecânica própria desse microcosmo. Bourdieu, assim como Goldmann, também mobiliza o conceito de homologia, mas a partir de um arcabouço teórico que incorpora as sugestões de Max Weber a respeito da autonomia das esferas de valor e rejeita a teorização marxista que confere estatuto analítico privilegiado às classes sociais, consideradas em termos substantivos. Estaria preservada aí a possibilidade de uma sociologia das formas simbólicas que, ao mesmo tempo em que reconhecia a necessidade de se entender a dinâmica expressiva constituinte da obra, ressaltava a necessidade de se objetivar as relações e as posições que possibilitariam um universo possível de simbolização.

Já a obra de Norbert Elias ofereceu outros caminhos. As primeiras seções de seu *Processo civilizador* ([1939] 1994) ofereceram importantes sugestões analíticas para os estudiosos dos intelectuais como grupo. Ao comparar o conceito francês de *civilisation*

com o conceito alemão de *kultur*, Elias mostra como essas distintas auto-imagens podem ser explicadas em função de diferentes configurações envolvendo intelectuais e corte. Na melhor tradição da sociologia dos intelectuais, Elias constrói um argumento que busca decifrar o significado de formas simbólicas e categorias expressivas a partir da exposição das redes de relação entre estratos intelectuais e centros de poder. Nesse sentido, a dinâmica do surgimento de uma categoria pode ser associada ao processo pelo qual a auto-imagem de um grupo se transfigurou na própria auto-imagem nacional. Esse procedimento teórico, que associa a dinâmica das relações entre grupos intelectuais e sociedade mais ampla, foi utilizado em outros estudos no campo da sociologia da cultura alemã. É o caso da obra de Fritz Ringer ([1969] 2000), por exemplo. Ao analisar o mundo dos acadêmicos alemães entre o final do século XIX e o início do XX, Ringer mostrou como esse grupo progressivamente se insulou numa posição de “mandarinato”, refratária à emergência de novos interesses e atores vinculados à ordem industrial urbana moderna. Nesses termos, Ringer decifra o universo simbólico dos mandarins – centrado em poderosas noções de “alta cultura” e “formação espiritual” – com base em suas reações às novas configurações da vida social alemã, marcada por uma cultura material própria ao desenvolvimento do capitalismo.

Não são essas, contudo, as únicas contribuições de Elias para uma sociologia da cultura. Em obras como *Sociedade de corte* ([1969] 2001), o sociólogo alemão mostra como o conceito de figuração pode ser estendido para o desvendamento do universo social. Nessa perspectiva, Elias evita eleger uma instância social predominante, que exerça seu efeito sobre outros lugares sociais. Desse modo, evita o procedimento da socio-

logia de cultura marxista (que não pode fugir ao tema da determinação material) ou mesmo das aporias da teoria de Bourdieu (que encampa a idéia de que o campo econômico tem certa precedência sobre os outros em termos de efeito estrutural). Na análise de Elias, arquitetura, produções pictóricas, sistema de gastos financeiros e o mecanismo da etiqueta seriam, igualmente, material expressivo capaz de iluminar os mecanismos que enredavam nobreza e Rei no universo da corte. No caso, a idéia de figuração evita a hierarquização de instâncias explicativas e confere relevância teórica a uma miríade de práticas e objetos. Nesses termos, Elias não trabalha com uma análise estrutural, mas sim com uma perspectiva interacionista forte, em que os conceitos não são traduções diretas de coisas do mundo real, mas expressam dinâmicas de relação social e o movimento concreto dos laços que organizam o jogo na corte. Nesse registro, o problema da determinação na sociologia da cultura, geralmente pensado a partir da oposição entre externalismo e internalismo, ganha uma resposta sociológica que evita a solução hermenêutica radical (a textualização do real) e promove um tipo de mecanismo explicativo que organiza bens simbólicos e práticas na mesma teia de interações. O que explica, portanto, é a figuração, e não a “economia” ou “a cultura”, entendidas como categorias substantivadas.

As análises de Pierre Bourdieu e Norbert Elias, a despeito de serem produzidas com base em registros teóricos distintos, procuram viabilizar uma análise sociológica da cultura que preserve as noções de determinação e mediação (e, conseqüentemente, sustente a possibilidade de um método de explicação dos objetos simbólicos), mas sem o recurso à naturalização de categorias que supostamente traduziriam, de forma substantiva, a vida social “concreta” – tais como “indivíduo”, “classes” etc. Dessa forma, oferecem a possi-

bilidade de equacionar, em termos sociológicos, alguns dos problemas apontados ao longo deste artigo, e que dizem respeito à dificuldade de se estabelecer fronteiras entre cultura e vida social. É certo, porém, que esse ganho explicativo tem sua contrapartida na ausência de procedimentos hermenêuticos mais densos, que permitam uma análise mais meticulosa de texto ou mesmo uma abordagem pragmática das idéias como atos comunicativos ou performativos. Nesse registro, as análises de Alexander ou Geertz oferecem mais possibilidades.

Afinal, como esse conjunto heterogêneo de questões, problemas e teorizações é recebido num contexto intelectual periférico? No caso brasileiro, a sociologia da cultura não perdeu sua marca fortemente sociologizante, a despeito da vigorosa recepção do “novo historicismo” e do impacto produzido pelas teorias de Derrida. Os desafios produzidos pela hermenêutica radical e pela autonomização crescente do texto não pareceram ter conduzido ao enfraquecimento de interpretações ciosas das condições sociais de produção e recepção de bens simbólicos e culturais. No caso da teorização sociológica sobre a relação entre vida social e forma estética, problema central no marxismo e na sociologia da literatura, Antonio Candido (1967) e Roberto Schwarz (2000) empreenderam análises aparentadas e bastante influentes na cena intelectual do país. Em seu estudo sobre Machado de Assis, Schwarz vale-se das contribuições de Lukács, Adorno, Benjamin e Brecht para avançar uma análise que busca desvendar a relação entre produção literária e vida social a partir da análise da forma e da maneira como esta medeia contradições vivenciadas na existência concreta do autor. Afasta-se, assim como Adorno, de uma crítica meramente transcendental, interessada apenas no desvendamento de nexos mecânicos entre obra e posição de classe, ignoran-

do, portanto, o potencial dialético da linguagem. Assim, o humor e a ironia que permeiam a prosa machadiana e insinuam ao leitor um constante tom farsesco expressariam, no plano da criação estilística original, as tensões de uma ordem social em que o liberalismo se casava de forma heterodoxa com a escravidão, num arranjo estruturado em torno do mecanismo do favor. O clássico tema das “idéias fora de lugar” ganharia, portanto, tradução formal na própria estrutura interna de uma obra como *Memórias póstumas de Brás Cubas*. A interpretação desenhada por Schwarz, por sua vez, somava-se às investigações anteriormente realizadas por Antonio Candido, que também buscava empreender uma análise que desvendasse as relações entre os mecanismos formais da linguagem literária e as tensões e antinomias da vida social. Em texto paradigmático de sua abordagem, Candido (1967) argumentava que a relação entre dimensões “internas” e “externas” à obra deveria ser verificada a partir do modo como esta operava como princípio de composição formal e estético daquela, o que evitaria a caracterização do contexto como mero cenário ou simples repertório de temas a serem mobilizados pelo autor.

O registro teórico mais característico da tradição sociológica paulista confirma-se nos trabalhos de Maria Arminda do Nascimento Arruda (2001), Sergio Miceli (1979) e Heloísa Pontes (1998), mas sem que o conceito de “classe social” nos termos substancialistas do marxismo seja mobilizado. Em sua pesquisa, Arruda busca equacionar a análise das formas estéticas e das linguagens artísticas com uma investigação da movimentação social dos intelectuais no espaço da cidade. Inspirada na obra do historiador Carl Schorske (1981), Arruda optou por analisar as distintas formas expressivas que vicejavam em São Paulo em meados do sécu-

lo XX – a sociologia de Florestan Fernandes, o concretismo, as novas experiências na arquitetura moderna e o teatro de Jorge de Andrade – a partir da relação entre suas linguagens. Assim, os objetos são analisados nas suas formas singulares e por meio do liame que os une, como manifestações culturais inteligíveis num dado universo urbano e na rede de interações e alianças que enredavam produtores, empresários, críticos etc. Ou seja, do mesmo modo que a sociologia de Florestan “instaurava” a sociologia, construindo um mundo científico próprio, conhecido posteriormente como “escola paulista de sociologia”, os irmãos Campos produziam uma poética auto-referencial, cujo significado estava dado pela própria visualidade. A experiência urbana da metrópole é, ao fim e ao cabo, a variável que permite a articulação entre essas formas de linguagens e o processo social. Já a obra de Sérgio Miceli caracteriza-se inicialmente pela recepção dos escritos de Bourdieu e pela mobilização da teoria dos campos. Em seu *Intelectuais e classe dirigente no Brasil*, Miceli (1979) analisou a cooptação de escritores e poetas pelo Estado Novo a partir de uma explicação que desse conta da dinâmica pouco autônoma do campo intelectual do período e das posições descendentes da família de origem desses personagens no campo econômico. Nesses termos, Miceli sustenta que a produção de vocações literárias e artísticas era resultado da posição desses personagens na estrutura familiar e da mobilização de um capital cultural adquirido que era acenado como trunfo na luta por postos de prestígio. Seguindo essa pista, o sociólogo paulista mobilizou cartas, biografias e memórias como material expressivo, optando por uma análise fortemente externalista que buscava desvendar sinais simbólicos a partir das relações sociais dos produtores e de sua inscrição num campo específico. Mais recentemente, o registro teórico traba-

lhado por Miceli incorporou as sugestões analíticas de Norbert Elias (Miceli, 2001) com intuito de refinar uma forma de abordagem explicativa que destacasse o tema da interdependência e procurasse evitar a substancialização das categorias. O trabalho de Heloísa Pontes (1998), voltado para os intelectuais paulistas da revista *Clima*, segue procedimentos semelhantes, destacando a montagem das redes de sociabilidade dos universos intelectuais e a estratégia de afirmação dos agentes, nutrindo-se também de uma discussão sociológica sobre gênero e papéis sociais. De modo geral, a sociologia da cultura praticada por Miceli e Pontes enfatiza uma análise fortemente externalista dos bens simbólicos, já que estes são invariavelmente tomados como faturas ou expressões das formas de interação e movimentação social de seus produtores.

A obra de Elias, entretanto, não foi incorporada apenas nesse registro, e nem o registro sociológico da cultura praticada no Brasil se limita a esses marcos específicos. A análise de Nísia Lima (1999), por exemplo, opta por mobilizar a dimensão macro-histórica presente na obra do sociólogo alemão. Assim, a pesquisa de Lima sobre as representações geográficas produzidas pelos intelectuais republicanos busca articular esse manancial de idéias e interpretações sobre o “sertão” brasileiro à própria condição social da *intelligentzia* da Primeira República, marcada por um sentimento de desencanto diante da modernização e propensa a se identificar com personagens e lugares marginalizados que inventariavam nas suas produções escritas. O ângulo explicativo delineado pela socióloga carioca com auxílio da obra de Elias favorece uma abordagem dos processos políticos e sociais que envolviam o mundo da cultura e dos intelectuais.

O trabalho de Maria Alice Rezende de Carvalho (1998) sobre o engenheiro impe-

rial André Rebouças também procura articular a interpretação de formas de consciência dos intelectuais ao cenário político-social mais amplo em que se moviam. Nesse sentido, vale-se das abordagens pioneiras de Luiz Werneck Vianna (1997), em especial da recepção desse autor do conceito gramsciano de “revolução passiva” como chave analítica para a interpretação do processo modernizador brasileiro. Carvalho busca reconstruir a experiência concreta de Rebouças por meio da sua inserção profissional e da rede de significados que envolveriam o que se entende por “engenheiros” num mundo marcado pelo controle da burocracia saquarema. Ou seja, não se trata de identificar um campo profissional no qual Rebouças seria figura subalterna, mas apresentar o sentido da engenharia na sociedade imperial. Por sua vez, a questão “engenharia” não é limitada pela decomposição analítica do universo social em compartimentos (profissão, renda, inserção política, e assim por diante), mas se sustenta na eleição de uma inscrição considerada significativa da experiência intelectual do personagem. Ao tentar entender a automodelagem intelectual de Rebouças por intermédio dos percalços do “americanismo” que o animava, Carvalho procura articular uma investigação que se nutre de material biográfico com uma análise mais próxima do campo da sociologia política, interessada no problema da afirmação da ordem burguesa num contexto periférico.

Num outro registro, tributário da sociologia marxista, Marcelo Ridenti (2000) desenvolve uma análise dos intelectuais ao longo das décadas de 1960 e 1970 mais focada na dimensão política da agência desses personagens e no problema gramsciano da articulação entre intelectuais, política e cultura na sociedade brasileira. Sua pesquisa volta-se para a decifração do significado das concepções revolucionárias e utópicas – ana-

lisadas com base na categoria de “romantismo revolucionário” – que teriam alimentado os personagens da cena cultural brasileira ao longo da ditadura de 64 e do período de redemocratização. Nesse registro, a dinâmica clássica da sociologia dos intelectuais marxista – orientada para o desvendamento das articulações entre opções culturais e lutas políticas e sociais – é adotada, com o auxílio de pesquisa historiográfica.

Assim, se os modelos explicativos de Miceli e Pontes procuram delimitar os universos intelectuais analisados a partir da delimitação das redes de interação dos agentes e da inscrição social dos intelectuais, as distintas abordagens de Lima, Carvalho e Ridenti abrigam uma interpretação macro-histórica, mais propensa a buscar a uma articulação entre idéias e práticas políticas. A análise do conteúdo das idéias nesse último registro não implica, necessariamente, um equacionamento da relação entre vida social e forma estética nos termos da sociologia da cultura tal como empreendida por Arruda, o que conduz a uma perspectiva analítica que destaca o papel “formador” de certas representações culturais e simbólicas (caso, por exemplo, da idéia de “sertão” analisada por Lima). O estatuto das “idéias” na análise sociológica, aliás, é tema que vem ocupando pesquisadores no cenário contemporâneo, produzindo registros radicalmente divergentes. O trabalho de Ângela Alonso (2002), por exemplo, mobiliza uma literatura próxima da sociologia política norte-americana para tratar a geração intelectual de 1870, geralmente analisada em termos doutrinários. Ao sustentar que o significado dessa geração não estaria no conteúdo das idéias empunhadas, mas na condição politicamente marginal de seus agentes, Alonso elabora uma análise externalista que trata as idéias como armas de embate político, e não como signos dotados de sentido interno forte e

capacidade de agência no mundo social. É um caminho diverso ao adotado por André Botelho (2002), que em sua pesquisa sobre Ronald de Carvalho aponta justamente para o modo como certas idéias e representações se rotinizaram na forma de cultura política, informando práticas intelectuais e políticas. Botelho sustenta uma concepção formativa dos objetos simbólicos, aprofundando assim uma perspectiva adotada por Gláucia Villas Boas (1992) no seu estudo que busca relacionar os significados do moderno no Brasil aos próprios processos de constituição da sociologia no país.

Por sua vez, o “novo historicismo” e as sugestões advindas das viradas lingüística e hermenêutica encontraram eco nos trabalhos de Ricardo Benzaquen de Araújo (1994, 2004), que empreendeu uma abordagem lastreada nas obras de Auerbach e Greenblatt. Nesse registro, análises mais próximas da teoria literária permitiram a Araújo trabalhar as relações entre texto e vida social de maneira distinta da perspectiva externalista, concentrando-se, em geral, no exercício analítico metucioso das fontes textuais e no processo de produção de identidade dos produtores. A referência, no caso, não é a teoria dos campos de Bourdieu, mas as sugestões de Stephen Greenblatt (1984) e mesmo Harvey Goldman (1992) sobre o *self*. Assim, as perspectivas teóricas de Araújo buscam combinar uma análise interna forte, equipada pelo instrumental da moderna teoria literária (em especial Auerbach), com uma discussão a respeito dos processos de subjetivação correntes no mundo ocidental. Se as análises anteriores, não abandonavam a busca de um ancoramento sociológico mais clássico, as interpretações de Araújo são geralmente construídas com base em estudos monográficos que buscam articular o texto aos modos de automodelagem dos seus

produtores. Nesse aspecto, é possível vislumbrar uma aproximação com a obra de Carvalho sobre André Rebouças, a despeito do marco teórico desta ser informado por uma sociologia política que não encontra guarida em Araújo.

Os cruzamentos entre sociologia e história cultural também são operados em registros mais clássicos, distantes das sugestões analíticas mais radicais características do novo historicismo. No Rio de Janeiro, os trabalhos de Lúcia Lippi Oliveira (1986, 1995, 2000) realizados no âmbito do CPDOC da Fundação Getúlio Vargas constituem evidência dessa abordagem, a despeito do centro se dedicar mais à história e à ciência política. Em geral, seus trabalhos valem-se de extensa pesquisa de fontes e manuseio de arquivos, indicando uma orientação historiográfica mais preocupada com a relação entre intelectuais, políticas e práticas culturais do que com a decifração interna dos jogos lingüísticos dos textos. Esse modelo possibilitou a formação de uma agenda de pesquisa voltada para a análise das matrizes do universo intelectual brasileiro.

De uma forma geral, o campo da sociologia da cultura no Brasil não foi tão fortemente marcado pelas repercussões mais radicais da implosão textualista, embora tenha se valido dos cruzamentos com a teoria literária e com a história intelectual. A adoção de ferramentas teóricas que sofisticaram a análise imanente dos produtos culturais (textos, obras, peças etc.) não implicou, necessariamente, o descarte da embocadura sociológica, que se faz presente de diversas formas, em especial pela mobilização das obras de Bourdieu e Elias. O próprio peso da argumentação sociológica na vida intelectual brasileira – fato atestado por trabalhos como o de Manuel Melo (1999) – pode ter contribuído para isso. Ademais, a ênfase com que a sociologia da cultura nativa elege

a própria tradição das ciências sociais e do pensamento ilustrado como objeto evidencia uma preocupação com análises mais globais a respeito dos intelectuais, suas obras e suas práticas políticas, em detrimento de estudos menos ligados ao problema da formação moderna do país. Nesses termos, pode-se dizer que a análise sociológica da cultura praticada no Brasil é indissociável de uma hermenêutica a respeito da tradição reflexiva nacional e dos modos pelos quais essa tradição informou (e informa) um questionamento constante a respeito do sentido de nossa experiência periférica, problema não colocado nas sociedades modernas centrais. A despeito da diversidade dos regis-

tros teóricos, essa condição inescapável parece ter marcado a recepção de temas e problemas da moderna sociologia da cultura em terras brasileiras, e sugere uma agenda de pesquisas mais orientada para o papel formativo das idéias e das representações culturais. Afinal, se a nossa sociedade é tão fortemente marcada pelo conjunto de “interpretações do Brasil” elaboradas pelos intelectuais, talvez seja necessário atentar para o modo pelo qual esses esforços cognitivos informaram práticas e ações. Como esse artigo procurou mostrar, há um campo rico de procedimentos e métodos que podem sustentar esse investimento teórico.

Notas

1. Vale lembrar que a categoria de “totalidade” é central para a concepção marxista de Lukács. Em *História e consciência de classe*, sustentou que o que definiria o marxismo como método não seria um conjunto específico de questões e formulações, mas sim o método, entendido como determinação das múltiplas conexões da totalidade.
2. A obra de Norbert Elias não é contemporânea no sentido “cronológico”, é claro, mas sua enorme receptividade nas últimas décadas (em especial no Brasil) lhe confere esse estatuto.

Bibliografia

- ADORNO, Theodor. (1962). *Prismas: la critica de la cultura y la sociedad*. Barcelona, Ariel.
- _____. (1993). *Teoria estética*. Lisboa, Edições 70.
- ADORNO, Theodor & HORKHEIMER, Max. ([1947] 1985). *Dialética do esclarecimento: fragmentos filosóficos*. Rio de Janeiro, Zahar.
- ALEXANDER, Jeffrey. (2003). *The meanings of social life: a cultural sociology*. Oxford/Nova York, Oxford University Press.
- ALONSO, Ângela. (2002). *Idéias em movimento: a geração 1870 na crise do Brasil Império*. São Paulo, Paz e Terra.
- ARAÚJO, Ricardo A. Benzaquen. (1994). *Guerra e paz: Casa Grande & Senzala e a obra de Gilberto Freyre nos anos 30*. Rio de Janeiro, Editora 34.
- _____. (2004). “Através do espelho: subjetividade em *Minha Formação*, de Joaquim Nabuco”. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 19 (56), 5-13, São Paulo.

- ARRUDA, Maria Arminda do Nascimento. (2001), *Metrópole e cultura: São Paulo no meio século XX*. Bauru, SP, Edusc.
- AUERBACH, Erich. ([1946] 1976), *Mimesis: a representação da realidade na literatura ocidental*. São Paulo, Perspectiva.
- AUSTIN, John L. (1975), *How to do things with words*. 2 ed. Cambridge, Harvard University Press.
- BENJAMIN, Walter. ([1936] 1975), “A obra de arte na época de suas técnicas de reprodução”, in *Textos escolhidos*, São Paulo, Abril Cultural.
- _____. (1989), *Charles Baudelaire: um lírico no auge do capitalismo*. São Paulo, Brasiliense.
- BOTELHO, André Pereira. (2002), *Um ceticismo interessado: Ronald de Carvalho e sua obra nos anos 20*. Tese doutoramento, Departamento de Sociologia do IFCH-Unicamp.
- BOURDIEU, Pierre. ([1992] 2005), *As regras da arte*. São Paulo, Companhia das Letras.
- CANDIDO, Antonio. (1967), *Literatura e sociedade: estudos de teoria e história literária*. São Paulo, Cia. Editora Nacional.
- _____. (1971), *Tese e antítese: ensaios*. São Paulo, Cia. Editora Nacional.
- CARVALHO, Maria Alice Rezende de. (1998), *O quinto século: André Rebouças e a construção do Brasil*. Rio de Janeiro, Revan.
- DERRIDA, Jacques. (1971), *A escritura e a diferença*. São Paulo, Perspectiva.
- ELIAS, Norbert. ([1939] 1994), *O processo civilizador*. Rio de Janeiro, Zahar.
- _____. ([1969] 2001). *A sociedade de corte*. Rio de Janeiro, Zahar.
- GADAMER, Hans-Georg. ([1960] 1994), *Truth and method*. 2 ed. rev. Nova York, Continuum.
- GALLAGHER, Catherine & GREENBLATT, Stephen. (2005), *A prática do novo historicismo*. Bauru, SP, Edusc.
- GEERTZ, Clifford. (1978), *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro, Zahar.
- _____. ([1983] 2002), *O saber local: novos ensaios em antropologia interpretativa*. Petrópolis, Vozes.
- GOLDMAN, Harvey. (1992), *Politics, death, and the devil: self and power in Max Weber and Thomas Mann*. Berkeley, University of California Press.
- GOLDMANN, Lucien. (1967a), *Sociologia do romance*. Rio de Janeiro, Paz e Terra.
- _____. (1967b), *Dialética e cultura*. Rio de Janeiro, Paz e Terra.
- GREENBLATT, Stephen. (1984), *Renaissance self-fashioning: from more to Shakespeare*. Chicago, The University of Chicago Press.

- KOSELLECK, Reinhart. (1985), *Futures past: on the semantic of historical time*. Cambridge, MIT Press.
- LACAPRA, Dominick. (1983), *Rethinking intellectual history: texts, contexts, language*. Ithaca, Cornell University Press.
- LIMA, Nísia Trindade. (1999), *Um sertão chamado Brasil: intelectuais e representação geográfica da identidade nacional*. Rio de Janeiro, Revan.
- LUKÁCS, Georg. (1962), *Ensaio sobre literatura*. Coordenação de Leandro Konder. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira.
- _____. ([1923] 2003), *História e consciência de classe*. São Paulo, Martins Fontes.
- MARCUSE, Herbert. (1967), *A ideologia da sociedade industrial*. Rio de Janeiro, Zahar.
- MELO, Manuel Palácios da Cunha. (1999), *Quem explica o Brasil?*. Juiz de Fora, Editora da UFJF.
- MICELI, Sergio. (1979), *Intelectuais e classe dirigente no Brasil (1920-1945)*. São Paulo, Difel.
- _____. (2001), "Norbert Elias e a questão da determinação", in L. Waizbort (org.), *Dossiê Norbert Elias*, São Paulo, Edusp.
- OLIVEIRA, Lucia Lippi. (1986), *Ilha de Vera Cruz, Terra de Santa Cruz, Brasil: um estudo sobre o nacionalismo*. Tese de doutoramento, Programa em Sociologia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP.
- _____. (1995), *Sociologia do guerreiro*. Rio de Janeiro, Editora da UFRJ.
- _____. (2000), *Americanos: representações da identidade nacional no Brasil e nos Estados Unidos*. Belo Horizonte, Editora da UFMG.
- ORTIZ, Renato. (1988), *A moderna tradição brasileira*. São Paulo, Brasiliense.
- OUTHWARTS, William. (1985), "Hans Georg Gadamer", in Q. Skinner (org.), *The return of grand theory in the human sciences*, Cambridge, Cambridge University Press.
- POCOCK, J. G. A. (1975), *The machiavellian moment: florentine political thought and the Atlantic Republican tradition*. Princeton, Princeton University Press.
- PONTES, Heloísa. (1998), *Destinos Mistos: os críticos do grupo Clima em São Paulo (1940-1968)*. São Paulo, Companhia das Letras.
- _____. (2001), "Elias, renovador da ciência social", in L. Waizbort (org.), *Dossiê Norbert Elias*, São Paulo, Edusp.
- RIDENTI, Marcelo. (2000), *Em busca do povo brasileiro: artistas da revolução, do CPC à era da tv*. Rio de Janeiro, Record.
- RINGER, Fritz. ([1969] 2000), *O declínio dos mandarins alemães: a comunidade acadêmica alemã, 1980-1930*. São Paulo, Edusp.
- SCHWARZ, Roberto. (2000), *Um mestre na periferia do capitalismo*. São Paulo, Duas Cidades/Editora 34.

- SCHORSKE, Carl. (1981), *Fin-de-siècle Vienna: politics and culture* Nova York, Vintage Books.
- SEVCENKO, Nicolau. ([1983] 2003), *Literatura como missão: tensões sociais e criação cultural na Primeira República*. São Paulo, Companhia das Letras.
- SKINNER, Quentin. ([1978] 1996). *As fundações do pensamento político moderno*. São Paulo, Companhia das Letras.
- _____. ([1996] 1999), *Razão e retórica na filosofia de Hobbes*. São Paulo, Editora da Unesp.
- SOUZA, Jessé. (2000), *A modernização seletiva: uma reinterpretação do dilema brasileiro*. Brasília, Editora da UnB.
- _____. (2003), *A construção social da subcidadania: para uma sociologia política da modernidade periférica*. Belo Horizonte/Rio de Janeiro, Editora da UFMG/Iuperj.
- THOMPSON, Edward P. ([1963] 2004), *A formação da classe operária inglesa*. Rio de Janeiro, Paz e Terra.
- TULLY, James (org.). (1988), *Meaning and context: Quentin Skinner and his critics*. Princeton, Princeton University Press.
- VILLAS BÔAS, Gláucia. (1992), *A vocação das ciências sociais (1945-1964): um estudo de sua produção em livro*. Tese de doutoramento, Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo, São Paulo.
- WERNECK VIANNA, Luiz Jorge. (1997), *A revolução passiva*. Rio de Janeiro, Revan.
- WILLIAMS, Raymond. ([1977] 1979), *Marxismo e literatura*. Rio de Janeiro, Zahar.
- _____. ([1973] 1989). *O campo e a cidade: na história e na literatura* São Paulo, Companhia das Letras.
- WITTGENSTEIN, Ludwig. ([1963] 1975), *Investigações filosóficas*. São Paulo, Abril Cultural (col. Os Pensadores).

Resumo

Idéias, Intelectuais, Textos e Contextos: Novamente a Sociologia da Cultura...

Este texto tem por objetivo resenhar as principais tendências clássicas e contemporâneas no campo da sociologia da cultura, destacando o impacto produzido pelas transformações hermenêuticas e lingüísticas sobre os modos de explicação sociológica. Assim, a argumentação estrutura-se em torno das questões mais relevantes da área: vida social e forma estética; texto

e contexto; distinção entre “cultura”, “realidade” e “linguagem” e; relações entre os problemas da determinação e da mediação. Ao final, apresento um panorama do campo no Brasil a partir dessas principais matrizes teóricas.

Palavras-chaves: Cultura; sociologia da cultura; textos e contextos; hermenêutica; interpretação.

Abstract

Ideas, Intellectuals, Texts and Contexts: Once Again the Sociology of Culture...

The aim of this text is to review the classical and contemporary currents worked in the sociology of culture, stressing the impact produced by hermeneutics and linguistic turns over common ways of sociological explanation. Therefore, the text is structured around the major problems in this field of study: social life and aesthetic form; text and context; distinction between “culture,” “reality,” and “language;” relations between problems of determination and mediation. At the end, I present the state-of-art at the Brazilian field of sociology using the discussion of these theoretical currents as a starting point.

Keywords: Culture; sociology of culture; texts and contexts; hermeneutics; interpretation

Résumé

Idées, Intellectuels, Textes et Contextes : la Sociologie de la Culture à nouveau...

Ce texte a pour objectif de recenser les principales tendances classiques et contemporaines du domaine de la sociologie de la culture, en mettant en avant l'impact causé par les transformations herméneutiques et linguistiques sur les modes d'explication sociologique. Ainsi, l'argumentation se structure autour des questions les plus pertinentes de ce domaine : la vie sociale et la forme esthétique ; texte et contexte ; distinction entre “culture”, “réalité” et “langage” ; et, relations entre les problèmes de la détermination et de la médiation. En conclusion, nous présentons un panorama de ce domaine au Brésil à partir de ces principales matrices théoriques.

Mots-clés: Culture ; sociologie de la culture ; textes et contextes ; herméneutique ; interprétation.